



**JUSTIÇA DO
TRIBUNAL REGIONAL DO PI**



Impresso Especial
9912162037 - DR/PI
Sindicato dos Médicos do
Estado do Piauí
CORREIOS

MAIS VITÓRIA!

SIMEPI fecha acordo com Governo do Estado e conquista aumento salarial referenciado no Piso FENAM -PÁGINA 2

**PLANOS DE SAÚDE DEVEM ASSINAR
CONTRATOS COM MÉDICOS - PÁGINA 6**

Editorial

Na época, como diretora de relações sindicais fui incumbida pela FENAM, juntamente com o presidente do sindicato dos médicos do Rio de Janeiro, Jorge Salim Darze, de representá-la em uma comissão para tratar da construção de carreira médica no SUS. As reuniões iniciaram em junho de 2013 e além da FENAM, faziam parte um representante do CFM, o conselheiro de Alagoas, Alceu José Peixoto Pimentel, e o presidente da AMB, Florentino de Araújo Cardoso Filho, além de vários representantes do Ministério da Saúde como o secretário Mozart Sales que viria a assumir a pasta de coordenação do Programa Mais Médicos. Os trabalhos da comissão não passaram de meros artifícios do Ministério da Saúde para desarticular as entidades médicas e, assim que nós nos certificamos disso, comunicamos ao Ministério da Saúde que não mais participaríamos do que chamamos de engodo. Chegaram a acontecerem torno de três reuniões e, então, ficamos sabendo pelo conselheiro do CFM, Alceu Pimentel, que o Governo Federal já estava com a vinda dos médicos cubanos acertada para o mês de agosto, quando dariam início ao Programa Mais Médicos. Findava naquele momento o sonho da Carreira Médica, pelo menos por enquanto, ou com as tratativas com aquele governo, pois o que se apresentava era uma grande agressão à profissão médica e às normas e Leis brasileiras. O que perma-

neceu foi uma grande decepção e um sentimento de insegurança, pois se questionava inclusive os órgãos reguladores e de controle do nosso país.

Concretizaram-se os rumores. No aeroporto de Teresina (PI), em setembro de 2013, os cubanos chegaram, com a promessa de que outros mais viriam e de que até o final do ano chegariam 4.000 médicos da ilha de Fidel Castro espalhados em todo o Brasil. Dos 400 primeiros, 19 vieram para as seguintes cidades do Piauí: Cocal, Morro Cabeça do Tempo, Acauã, Barras, Betânia do Piauí, Campinas do Piauí, Pio IX, Esperantina e São Miguel do Tapuio. Na primeira etapa, o Piauí foi o Estado que recebeu o maior número de profissionais do programa. Em 2014, a maioria dos municípios foram atendidos pelos Mais Médicos. Eram 317 profissionais, 281 deles cubanos. No edital do Programa de 2015, os profissionais brasileiros com diplomas do exterior iniciaram suas atividades nas cidades em que foram alocados. No Piauí, foram quatro médicos em três municípios: dois em Parnaíba, um em Cocal e o outro em Luís Correia. Chama atenção que são municípios que ficam no litoral, com grande concentração de população e de fácil acesso, portanto, cai por terra, a justificativa que a vinda desses profissionais eram necessárias em locais remotos e mais isolados. Nessa etapa do Programa, houve somente a participação dos brasileiros graduado sem outros países e não foram convocados os

LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
Presidente do Sindicato dos Médicos do Piauí



profissionais estrangeiros. Com isso, em 2015, eram 384 profissionais do Mais Médicos atuando em 151 municípios piauienses. Aqui também, ressalta-se o grave problema questionado pelas entidades médicas, da vinda de brasileiros formados em Medicina no exterior sem a revalidação do diploma. É do conhecimento de todos, que o PT (Partido do Trabalhadores) enviou vários membros do partido e do MST (Movimento dos Sem Terra) para cursarem medicina em Cuba, sujeitando a população brasileira ao atendimento de profissionais, brasileiros ou não, cujo conhecimento não foi comprovado pelo teste REVALIDA, como acontece em todos os países.

No Piauí, reportagens maquiadas de que os municípios que aderiram ao Mais Médicos tiveram redução das taxas de mortalidade

infantil e materna foram recebidas com muita revolta e vergonha por parte de profissionais da saúde na capital Teresina, que refutaram as inverdades profundas, por continuarem recebendo os pacientes dessas cidades em hospitais e postos de saúde em que trabalhavam. A grave constatação que fazemos é de que, Teresina continua recebendo e está assolada pela imensa demanda de pacientes vindos do interior do Piauí, ou seja, onde está a efetividade do Programa Mais Médicos? Onde melhorou e desafogou o tão já precário atendimento à saúde do povo piauiense?

Ainda aguardamos a resposta do governo federal, que continua se comportando com arbitrariedade e não presta contas ao povo brasileiro de um Programa, que não só prometeu melhorar na assistência à saúde pública, como gastou muito do erário

VENCEU O BOM SENSO E A DEMOCRACIA:

UPA do Renascença foi aberta com concursados

O Sindicato dos Médicos procurou todos os meios cabíveis e legais para barrar a abertura das unidades de saúde com o gerenciamento das OSCIP's.

No TCE-PI foi entregue ao Conselheiro, Joaquim Kennedy Barros um estudo comparativo entre o gerenciamento da administração direta e das organizações sociais da saúde em hospitais, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O estudo mostrava a ineficiência e os prejuízos causados pela terceirização e privatização dos hospitais públicos. Em reunião com Promotor de Justiça Fernando Santos foram



repassados todos os prejuízos causados por essa administração cita-

da, o mesmo encaminhou recomendação à Prefeitura Municipal

de Teresina e a Fundação Hospitalar contra a possível con-

tratamento da Associação Reabilitar para gestão de unidades de saúde na capital.

Em audiência pública na Câmara de Vereadores a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos enfatizou que o projeto representava uma clara declaração de incapacidade da Prefeitura de Teresina para gerir a saúde pública do município. Após um árduo debate, o prefeito Firmino Filho primou pela democracia e colocou os interesses da população do Piauí e as reivindicações dos trabalhadores acima de tudo e decidiu abrir a UPA do Renascença com servidores concursados.

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2013/2016

PRESIDENTE

LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS

VICE-PRESIDENTE

SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO

SECRETÁRIO GERAL | LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA

SUPLENTE | JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTE

DELEGADO JUNTO À FENAM | JOLBERTO GONÇALVES DE CARVALHO

RUFINO FILHO

TESOUREIRO-GERAL | RENATO SOARES LEAL

SUPLENTE | ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO

DELEGADO JUNTO À FENAM | CAETANO CORTEZ

SUPLENTE | PAULO MÁRCIO SOUSA NUNES

SUPLENTE | SALUSTIANO JOSÉ ALVES DE MOURA JR.

SUPLENTE | LÚCIA MARIA DO RÊGO MEDEIROS

expediente:

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Islândia Rocha DRT - 1554 - PI

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Tatiara de França - DRT - 1121 - PI



Mais Vitórias!

SIMEPI fecha acordo com Governo e conquista aumento salarial referenciado no Piso FENAM

Em assembleia extraordinária realizada na quarta-feira (17/06), na sede do SIMEPI, os médicos servidores do Estado aceitaram a proposta enviada pelos secretários estaduais de fazenda, saúde e administração.

Sobre o pagamento da progressão, será realizada em duas etapas, 50% no mês de dezembro e 50% em março de 2016.

Também ficou acordado o aumento salarial que será feito em três etapas (2016/2017 e 2018) tendo como data base o mês de maio, ficando apenas para ser definido o percentual de reajuste de cada ano de acordo com a tabela apresentada pelo SIMEPI, que foi elaborada baseada e tendo como referencial o piso da FENAM.

Já a lei que trata do teto remuneratório, o SIMEPI entregou documentação para os secretários citados. Os mesmos retiraram a categoria médica.

Segundo a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos a categoria



1 – Progressão da Carreira Médica

Implantar em duas etapas sendo 50% a incidir no mês de dezembro de 2015 e os demais 50% no mês de março de 2016, contemplando todos os profissionais médicos.

2 – Vencimento

Que seja instituída uma comissão para que em janeiro de 2016 se inicie o diálogo com o Governo, de modo a implantar o equivalente a 50% da diferença entre o piso Fenam e o piso do salário médico do Estado, ao longo do triênio 2016/2018, respeitando a data-base de reajustes para cada mês de maio.

4 – Lei do Teto Redutor

Que o Sindicato apresente jurisprudência sobre do redutor em apenas um vínculo funciona, para que o Estado tenha fundamentação legal em relação a sua aplicabilidade.

aprovou as propostas, dando assim um voto de confiança, mas, se o acordo for descumprido, nova paralisação será realizada. "Nós acreditamos que o acordo será cumprido, caso contrário voltaremos a paralisar" finalizou.

FENAM e Sindicatos apresentam posições da categoria médica ao ministro da Saúde

A Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e os sindicatos médicos de base, num total de 28 dirigentes, participaram, em Brasília, de audiência com o ministro da Saúde, Arthur Chioro. A agenda foi fruto de uma solicitação de audiência protocolada em novembro do ano passado, e realizada no dia 28 de janeiro.

De acordo com o presidente da FENAM, Geraldo Ferreira, a audiência mostrou que os próximos anos não serão fáceis. "Todas as propostas apresentadas não foram acolhidas. A única coisa positiva foi a retomada do diálogo, que havia sido interrompido desde o lançamento do Mais Médicos, mas os resultados da reunião sinalizam para a continuação dos diferentes pontos de vista", declarou.

Ao final do encontro foram entregues ao ministro da Saúde dois documentos contendo o posicionamento da FENAM em relação à veiculação de campanha contra o racismo no SUS e a política de redução de cesárias no Brasil. Quando o ministro recebeu os documentos, mostrou desconforto e defendeu as posições do governo. O presidente da FENAM solicitou ao ministro que lesse com calma os argumentos da entidade para que ele entenda a posição de repulsa às posições do governo referentes

aos dois assuntos, que no entender da FENAM agride o exercício profissional e tenta criminalizar a categoria de forma descabida.

Um dos assuntos discutidos na reunião foi apresentado pelo presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e diretor de Comunicação da FENAM, Jorge Darze, relatando a inédita e desconfortável situação vivida pelos médicos de receberem gratificações inferiores às dos outros servidores federais da saúde, que hoje atinge o valor de R\$ 1,8 mil a menos nos contracheques dos médicos com jornada de 20 horas de trabalho. O ministro disse que o problema esbarra em questões orçamentárias, mas acenou com a possibilidade de trabalhar alguma solução apenas para os ativos, o que não é possível na visão da FENAM, já que há uma Lei que define que a gratificação é extensiva a todos, ativos ou inativos.

Como saldo da reunião ficou a proposta de montagem de grupos de trabalho para promoção de algum avarço em rela-



ção ao plano de cargos e salários e do retorno da gratificação dos médicos federais. O ministro disse aos presentes que considera difícil a criação de um plano de cargos federais, e que esse tipo de luta deve ser nos municípios e Estados. "Ele demonstrou que na visão do Ministério as carreiras federais estão em extinção, o que na visão da FENAM é um equívoco", destacou Geraldo Ferreira.

Outra solicitação da FENAM foi a equiparação salarial entre os médicos do ESF, do Provac e dos profissionais do Mais Médicos, uma vez que a remuneração no Mais Médicos é de R\$ 10,5 mil acrescido de

gratificação de moradia e deslocamento, em torno de R\$ 2 mil, e a remuneração do médico do ESF é em torno de R\$ 8 mil. O ministro remeteu que essas solicitações fossem feitas aos municípios, porque o MS não pode fazer novos repasses. A FENAM entende que como os recursos do ESF são repassados aos municípios pelo governo federal, essas rubricas poderiam ser maiores para uma melhor remuneração do profissional médico.

Foi apresentada também a sugestão de que os profissionais do programa Mais Especialidades sejam contratados

Fonte: FENAM

Assessoria Jurídica do Sindicato

SIMEPI participa de reunião para traçar estratégias e conseguir o Piso FENAM para todos os médicos da EBSEERH

A Federação Nacional dos Médicos (FENAM) convocou as assessorias jurídicas dos sindicatos de base para discutir a presença da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH) na saúde pública e para traçar estratégias que permitam fazer com que o Piso Fenam seja implantado nacionalmente. O encontro aconteceu na sede da FENAM, em Brasília.

O assessor jurídico da FENAM, Luiz Felipe Buaiç, destacou a necessidade de as entidades se manterem sempre em movimento para que a EBSEERH pague o Piso Fenam para todos os médicos ligados à empresa. "Existe, na atividade sindical, uma luta permanente pelo direito do médico. Essa vitória foi a primeira a acontecer, mas enfrentamento dessa busca tem que se dar em todos os estados. As entidades devem se mostrar dispostas a estes enfrentamentos", disse.

A assessora jurídica do Sindicato dos Médicos do Piauí (SIMEPI), Isadora

Santos, explicou que foi feito pela equipe do sindicato um trabalho para sensibilizar os desembargadores para as necessidades da categoria médica e como esse dissídio iria ajudar a mudar essa realidade. "Não foi só uma questão de pedir cláusulas friamente.

Demonstramos a necessidade por trás de cada cláusula. Demonstramos a real necessidade dos profissionais que trabalham no hospital".

A FENAM tem visitado os sindicatos de base para incentivá-los a lutar pelo Piso Fenam, assim como fez o Piauí, para todos os médicos da EBSEERH. "O objetivo é o Piso Fenam na EBSEERH. Nós estamos motivando os sindicatos locais a realizarem assembleias com os médicos e fazerem os movimentos de pressão. É claro que a FENAM estará junto", disse o presidente da FENAM, Geraldo Ferreira.

Foi aprovado no encontro que será convocado um Fórum para discutir a greve dos médicos. "A maioria dos dissí-

dios nem começa. Nós temos observado que a maioria dos tribunais têm tido um comportamento hostil aos médicos", informou o diretor de comunicação da FENAM, Jorge Darze.

A secretária de Formação e Relações Sindicais da FENAM e presidente do Sindicato dos Médicos do Piauí (SIMEPI), Lúcia Santos, explicou que a vitória no TRT, que determina que a EBSEERH pague o Piso Fenam aos médicos que trabalham para a Empresa no Estado, foi resultado de "um grande trabalho da Assessoria Jurídica. Cada ganho como esse representa muito para a gente. A classe médica está unida".

Membros da FENAM e as assessorias jurídicas dos sindicatos participaram de palestra ministrada pelo desembargador do TRT 22ª Região, Manoel Cardoso, na qual expôs a História do dissídio coletivo do trabalho e terceirização.

Fonte: FENAM

"A maioria dos dissídios nem começa. Nós temos observado que a maioria dos tribunais têm tido um comportamento hostil aos médicos".

Jorge Darze, diretor de comunicação da FENAM.





Vitória!

SIMEPI vence EBSEERH e ganha piso salarial inédito no Brasil

Foi realizada, no dia 29 de abril, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, sessão que deu continuidade ao julgamento do Dissídio Coletivo instaurado pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI contra a EBSEERH, empresa que gerencia o Hospital Universitário - HU.

Com os votos favoráveis dos desembargadores Manoel Edilson, Liana Chaib e Francisco Meton, foi aprovada a implantação do piso salarial de R\$ 10 991,12 para os médicos que trabalham no HU, tendo como referência o piso salarial estabelecido pela FENAM.

De acordo com a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, essa decisão é pioneira no Brasil por se tratar do primeiro Dissídio contra a empresa EBSEERH. "Essa decisão hoje, aqui no Piauí, abriu um precedente para todo o Brasil, o que representa um grande avanço, embora não seja o ideal ainda. Os médicos estão unidos em prol da sua profissão e não vão abrir mão de resgatar a sua dignidade médica", finalizou.

Para a assessoria jurídica do SIMEPI a vitória demonstra a união e a preservação dos direitos da cate-

goria. "A classe médica despertou, e não aceita mais ter seus direitos violados. Para isso e por isso, o SIMEPI se mantém firme na luta pelo direito de seus membros e associados, provando, a cada batalha, sua força e capacidade para tal", pontuou Gilvan Andrade, advogado.

Para a advogada Isadora Santos, a representatividade da categoria é de cada Sindicato e deve ser respeitada. "Tivemos uma grande vitória. Ficou claro que as negociações com a EBSEERH devem ser feitas em cada Estado e respeitando o Sindicato dos Médicos, que representa os médicos do HU", finalizou Santos.

Antes de chegar ao julgamento, outras quatro audiências foram realizadas, no dia 03/07/2014 buscou-se uma negociação.

No dia 01/10/2014 foi a primeira sessão do julgamento do dissídio, quando foram avaliadas as preliminares, ou seja, os pontos que devem ser vistos antes do julgamento.

Dia 12/01/2015 o processo foi retirado de pauta após pedido de vistas regimental do desembargador Manoel Edilson.



Lei da contratualização

Planos de saúde devem assinar contratos com médicos

O novo contrato é baseado na lei da contratualização de nº 13003/14 que regulamenta a obrigatoriedade da formalização de contrato entre as partes e deve ser assinado por todos os médicos que atendem a qualquer plano de saúde, seja como pessoa física ou jurídica.

As assinaturas dos contratos serão acompanhadas pelo SIMEPI e intermediadas pelo Ministério do

Trabalho. O prazo para assinatura dos contratos era até o dia 31/03. Foi elaborada uma minuta de contrato por todos os Sindicatos dos Médicos do Brasil junto à Federação Nacional dos Médicos - FENAM, que regulamenta a prestação de serviços entre médicos e as operadoras dos planos de saúde e que deve ser usada como modelo e está disponível do site do SIMEPI.



PARALISAÇÕES

Após tentativas de negociações que estão acontecendo desde agosto de 2014, a categoria decidiu realizar paralisações contra os planos que não estão querendo cumprir a lei da contratualização. No total, 15 planos de saúde tiveram os atendimentos suspensos, são eles: **ASSEFAZ, CAMED, CAPE SAÚDE, CASSI, CASEMBRAPA, CORREIOS SAÚDE,**

CONAB, EMBRATEL, FACHESF, FUNDABEM, FASSINCRA, GEAP, PLAN ASSISTE, UNAFISCO E IPMT/PLANTE.

Os médicos reivindicam a implantação da tabela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos -CBHPM (atualizada e sem deflator) e assinatura de contrato de prestação de serviço entre médicos e operadoras.

VEJA OS ACORDOS QUE JÁ FORAM FECHADOS COM OS PLANOS DE SAÚDE

SAÚDE CAIXA

Consulta R\$ 79,00 e ficou acordado a implantação da tabela da tabela CBHPM 2012 a partir de 1º de abril de 2015, com deflator de 48%; Em 1º de junho de 2015, aplicação da tabela CBHPM 2012, com deflator de 36%; Em 1º de outubro de 2015, aplicação da tabela CBHPM 2012, com deflator de 18%; Em 1º de janeiro de 2016, aplicação da tabela CBHPM atualizada e sem deflator.

MEDPLAN E HUMANA

Consulta R\$ 72,00 e a utilização da tabela CBHPM 2012, sem deflator a partir de 1º de abril de 2015. E vigência contratual de 24 meses.

UNIMED

Foi aprovada em assembleia do dia 02/06 a proposta da UNIMED que implanta a tabela CBHPM 2012, com deflator de 30% até o mês de novembro/2015 com vigência a

partir de 21/04/2015 e o valor da consulta R\$ 80,00

IPMT/PLANTE

A consulta passa para R\$ 65,00, visita hospitalar R\$ 58,06 e um reajuste dos exames e procedimentos do IPMT Saúde de 7%, a partir de junho. Ficou acordado que em novembro haverá uma nova mesa de negociação para que seja concedido um novo aumento.

IASPI/PLAMTA

Consulta R\$ 65,00. Reajuste de 7% nas consultas eletivas e exames do IASPI Saúde; Reajuste de 7% nos honorários médicos do PLAMTA; A partir de julho, reajuste de 7% de exames e procedimentos médicos do IASPI Saúde. O plano se compromete a sentar para uma nova negociação no final deste ano.

UNIPLAM

Foi acordado a implantação da tabela da tabela CBHPM 2012 a partir de 1º de abril de 2015, com deflator de 48%; Em 1º de junho de 2015, aplicação da tabela CBHPM 2012, com deflator de 36%; Em 1º de outubro de 2015, aplicação da tabela CBHPM 2012, com deflator de 18%.

GRUPO UNIDAS

O Grupo Unidas enviou a seguinte proposta, mas não entrou em acordo com os médicos, eles afirmaram que mesmo sem acordo com a categoria iria praticar os valores citados a partir de 1º de julho de 2015.

Consulta realizadas a partir de 1º de julho de 2015, serão remuneradas no valor de R\$ 73,92, com retorno de em até 30 dias, respeitando o prazo de 12 meses da vigência dos contratos celebrados.

As consultas médicas realizadas em pronto socorro (urgência) a partir de 1º de julho

de 2015 serão remuneradas no valor de R\$ 65,00, sendo acrescidos 30% quando realizadas no período: 19h às 7h do dia seguinte;

Em qualquer horário aos sábados, domingos e feriados nacionais. Para as especialidades de Pediatria e Psiquiatria, o retorno referente às consultas eletivas deverá ocorrer em 15 dias. As consultas eletivas ocorridas após 15 dias da data do atendimento será considerada como nova consulta.

Ressaltando-se que, estes valores serão mínimos, e que valores superiores, já praticados, não poderão sofrer redução.

Alertamos ainda que os médicos não devem assinar nenhum contrato com os planos de saúde sem a orientação do SIMEPI.

Acompanhe todos os acordos no site: www.simepi.org.br



SIMEPI EM AÇÃO

Encontro jurídico da FENAM debate contratos das operadoras de planos de saúde

Aconteceu em Brasília, reunião da Federação Nacional dos Médicos (FENAM) com as assessorias jurídicas dos sindicatos médicos de base. O encontro, de caráter técnico, debateu a Lei 13.003/14, que ordena que os valores dos serviços prestados pelos médicos as operadoras devem ser reajustados anualmente.

A reunião discutiu as providências a serem adotadas no âmbito estadual para garantir que os direitos dos médicos sejam respeitados e que as

negociações entre os profissionais e os planos de saúde atendam ao que estabelece a Lei. "Essa interação é importantíssima, pois vivemos experiências diferentes em cada Estado, mas os resultados positivos em outros Estados podem ser utilizados para fazer uma pressão tanto jurídica quanto política para conseguirmos maiores vitórias", afirmou a assessora jurídica do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (SIMEPI), Isadora dos Santos. **Fonte: FENAM**



Congresso internacional de Mulheres Médicas aprofunda o debate sobre a questão do gênero

Aconteceu, de 04 a 07/03, o XXXII Congresso Pan-Americano de Mulheres Médicas, XXII Congresso Brasileiro de Mulheres Médicas e IV Encontro Fenam de Mulheres Médicas do Brasil. O evento, organizado pela seção São Paulo da Associação Brasileira de Mulheres Médicas (ABMM/SP), em parceria com a FENAM, reuniu médicos e médicas de todo o Brasil, além de palestrantes do México e Argentina. Representando o SIMEPI, participaram do evento a presidente do sindicato, Lúcia Santos, e a assessora jurídica Isadora Santos. **Fonte: FENAM**



Teto remuneratório

O SIMEPI esteve no dia (01/04) na Assembleia Legislativa do Piauí para tratar com o deputado Pessoa sobre a retirada do teto remuneratório dos médicos do Estado.



ENCONTRO das Assessorias Jurídicas dos Sindicatos de todo o Brasil



SIMEPI participou de audiência com promotora de Picos sobre cumprimento de TAC do Hospital Justino Luz.

Progressão e aumento salarial de médicos do Estado

Os médicos servidores do Estado do Piauí suspenderam os atendimentos nos dias 1, 2 e 3 de junho. A paralisação de advertência foi motivada pelo não cumprimento da progressão da carreira médica desde 2010, benefício que está previsto em lei e que oferece ao médico mudança de nível de acordo com tempo de serviço e títulos adquiridos e pelo aumento salarial.



FENAM orienta a respeito da contribuição sindical e contratualização

A Federação Nacional dos Médicos (FENAM) realizou em Brasília, reunião com diretores, presidentes de sindicatos de base e com a assessoria jurídica da instituição para tratar de diversos assuntos, sendo os principais a contribuição sindical e a contratualização com os planos de saúde.

A FENAM orientou os sindicatos a encaminharem às empresas notificação informando-as que a contribuição sindical dos médicos deve ser repassada ao sindicato médico, visto que se trata de sindicato de categoria profissional autônoma, sob pena de cobrança judicial à própria empresa



se o médico não apresentar o seu pagamento do boleto que normalmente é encaminhado pelo sindicato médico.

Fonte: FENAM



Médico, qual a melhor relação de trabalho para a saúde pública?

Médico, qual a melhor relação de trabalho para a saúde pública? Esse foi um dos principais temas das mesas de discussão do III Fórum de Cooperativismo Médico, ocorrido em Manaus (AM). A presidente do SIMEPI e secretária de Formação de Relações Sindicais da FENAM, Lúcia Santos, participou do evento e mostrou o seu posicionamento favorável à carreira médica durante debate com o deputado Mandetta. "O médico também é um trabalhador. É possível a criação da carreira médica de Estado, assim como acontece no judiciário, e a implantação do Piso FENAM", defendeu Santos.



Audiência pública

Foi realizada no dia (25/05), na Câmara Municipal de Vereadores de Teresina, audiência pública proposta pelos vereadores Luiz Lobão e Teresa Brito para tratar da suspensão do atendimento médico dos planos de saúde.

Para a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, a falta de acordo entre médicos e operadoras se deu por falta do cumprimento da tabela CBHPM por parte das operadoras. "A verdade é que existe uma tabela CBHPM, mas que não está sendo cumprida. Essa é a verdade que não pode ser escondida", destacou.

Além dos representantes dos planos de saúde que estão com atendimentos suspensos, também participaram da audiência representantes do Procon, OAB, CRM e usuários.





Agenda

MILAGRES QUE SÓ DILMA FAZ:

Como o bilionário "Mais Médicos" deixou os brasileiros com menos médicos!

Fonte: Reinaldo Azevedo | Veja.com

Se vocês se lembram, na parte, digamos, propositiva, a campanha de Dilma Rousseff foi o samba de uma nota só: um tal programa "Mais Especialidades", que, como diz o nome, iria oferecer médicos especialistas para os pobres. Pois é, Depois daquilo, Joaquim Levy, ministro da Fazenda, está catando até moedinha que cai de bolso furado de velhinho A então candidata fazia de conta que o "Mais Médicos" era uma maravilha. Que coisa!

Reportagem da Folha de São Paulo demonstra que, segundo levantamento do TCU, em parte considerável dos 1.174 municípios brasileiros que receberam médicos do programa, o número de profissionais que atendiam no serviço público caiu em vez de subir. É isso mesmo em vez de mais médicos, os brasileiros dessas cidades ficaram com menos médicos.

Em 49% das cidades, houve queda do número de "médicos próprios" - isto é, não pertencentes ao programa: em 161, houve queda no número de profissionais; em 168, o aumento de médicos foi menor do que o da chegada dos novos (ou seja: os antigos saíram); em 239, o número seguiu o mesmo (vale dizer: houve mera substituição).

Entenderam? O programa bilionário de Dilma, concebido e executado no joelho, deixou parcela significativa da população com menos médicos do que tinha antes. E há outro aspecto muito grave: ao menos um de cada três médicos trabalha sem supervisão.

O governo Dilma, como é sabido, também é um desastre de gestão. E quem paga a conta maior, como sempre, são os mais pobres.



Audiência pública sobre o Hospital do Monte Castelo



Visita à Montes Claros - MG



Eleições regionais da nova diretoria em Manaus



Posse da diretoria do Sindicato dos Médicos do CF



Reunião da diretoria da FENAM



Reunião executiva da FENAM



Reunião da diretoria da FENAM



Reunião com presidentes de Sindicatos de todo o Brasil



Reunião da diretoria da FENAM



Visita à Montes Claros - MG



Reunião núcleo FENAM em São Paulo



Reunião da Fesumed



Reunião com presidentes de Sindicatos de todo o Brasil

Filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação o Sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha a sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na Rua Paissandu, Nº 1665, Centro, de segunda a sexta, das 8 às 18 horas.

Serviços oferecidos

- Assessoria jurídica
- Assessoria de imprensa
- Assessoria contábil
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde

Serviço contábil

A Assessoria Contábil do SIMEPI está disponível para a classe médica e oferece elaboração da declaração de Imposto de Renda.

ENTRE EM CONTATO PELOS TELEFONES:

(86) 3221-5624 ou 99982-2784